Aviso n.º 19161/2010

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de aprovação na 10.ª Edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2009/2010), conforme lista publicada através do Aviso n.º 15617/2010, no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 152, de 6-08 e do determinado nos n.os 1 a 4 do artigo 56.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 2 de Agosto de 2010, com o trabalhador Roberto Carlos Cipriano Ferreira, Técnico Superior, tendo o mesmo sido colocado na 2.ª posição remuneratória, nível 15.

14 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

203720495

Aviso n.º 19162/2010

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se pública a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2010, com o Técnico Superior da mesma carreira, António Manuel Faria Camarate de Campos, na sequência da passagem à situação de prestação de trabalho a tempo parcial, autorizada pelo meu despacho de 25-01-2010.

A remuneração mensal auferida pelo trabalhador, é a correspondente à 11.ª posição remuneratória da categoria da tabela remuneratória única, em proporção ao período de trabalho semanal de 21 horas.

16 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório.*

203720519

Aviso n.º 19163/2010

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se pública a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 7 de Setembro de 2010, com os trabalhadores indicados, na sequência de conversão automática do exercício de funções a título transitório em exercício de funções por tempo indeterminado, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro:

Nome	Carreira/Categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Manuel de Jesus Carrasco Costa	Assistente Operacional	Entre 4.ª e 5.ª	Entre 4 e 5
Maria Manuela Calvinho Coelho	Assistente Operacional	Entre 1.ª e 2.ª	Entre 1 e 2
Mariana Gertrudes da Silva Rosado Henriques	Assistente Operacional	Entre 7.ª e 8.ª	Entre 7 e 8

20 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório.*

203720479

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 19164/2010

1 — Nos termos e para efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública, após homologação, a Lista Unitária de Ordenação Final relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 3 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, IP, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 54, de 18 de Março de 2010

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

Ordenação	Nome	Classificação final
1	Andreia Carina Fontinha Oliveira	16,15
2	Gracinda Maria Ramos Isidoro	13,60
3	Jorge Manuel Paiva Costeira	12,84
4	Maria José Moreira Santos Miranda	12,71
5	Maria do Céu Ferreira Pires Ribeiro	12,24

2 — A Lista Unitária de Ordenação Final, homologada por despacho em 2 de Setembro de 2010, da Vice-Presidente do IVV, IP, Dra. Edite Azenha, ao abrigo do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto -Lei n.º 46/2007, de 27 de Fevereiro, em substituição do Presidente, foi notificada aos candidatos, através de ofício registado, encontrando-se afixada em local visível e público das instalações do IVV, IP e disponibilizada na página electrónica em www.ivv.min-agricultura.pt, tudo nos termos dos n.os 4, 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

3 — Do despacho de homologação da referida Lista pode ser interposto recurso hierárquico (ou tutelar), nos termos do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

Lisboa, 3 de Setembro de 2010. — A Directora do Departamento de Gestão Financeira e Administração Geral, *Georgete Félix.*

203720673

Declaração de rectificação n.º 1977/2010

Por ter sido publicado com inexactidão o anexo ao aviso n.º 12 165/2010 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 117, de 18 de Junho de 2010), relativo aos modelos dos selos de garantia emitidos pela CVRTM, em função do tipo de produto e intervalos de capacidade, dimensões e cores dos pantones, rectifica-se:

No n.º 5, na epígrafe «Selo normal para capacidades nos seguintes intervalos e suas dimensões», onde se lê:

«5 — Capacidade: superior a 0,50 l e igual ou inferior a 1 l as dimensões mínimas autorizadas são de 3,5 cm × 2,0 cm; são ainda permitidos ajustamentos até perfazerem as dimensões máximas de 6,5 cm × 4,2 cm.»

deve ler-se:

«5 — Capacidades: ≤ 0,5 l; > 0,5 l e ≤ 1 l; > 1 l e < 2 l; e ≥ 2 l as dimensões mínimas autorizadas são de 3,5 cm × 2,0 cm; são ainda permitidos ajustamentos até perfazerem as dimensões máximas de 6,5 cm × 4,2 cm.»

No n.º 1 da epígrafe «Selo cavaleiro para capacidades nos seguintes intervalos e suas dimensões», onde se lê:

«1 — Capacidade: superior a 0,50 l e igual ou inferior a 1 I as dimensões autorizadas são as seguintes: 1,1 cm (min.) × 1,7 cm (máx.); são ainda permitidos ajustamentos até perfazerem as dimensões de 1,4 cm (min.) × 4,2 cm. (máx.).»

deve ler-se:

«1 — Capacidades: ≤ 0,5 l; > 0,5 l e ≤ 1 l; >1 l e <2 l; e ≥ 2 l as dimensões autorizadas são as seguintes: 1,1 cm × 14,0 cm; são ainda permitidos ajustamentos até perfazerem as dimensões de 1,7 cm × 18,0 cm.»

15 de Setembro de 2010. — A Vice-Presidente, *Edite Azenha*.

203723621

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho n.º 14890/2010

De acordo com a fundamentação constante da proposta de nomeação apresentada pelo júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de cargos de direcção definido no mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 60-A/2007, de 30

de Abril, e ao abrigo do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a alterou e republicou, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril:

1 — Nomeio em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços de Jurídicos e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações o licenciado Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio, do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — A decisão do júri fundamenta-se no facto de a avaliação curricular do licenciado Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio revelar um conjunto de experiências profissionais relevantes na área jurídica e do contencioso, assim como formação de base e complementar reveladoras de muito adequada preparação ao competente exercício da função em causa. Na entrevista pública o candidato Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio revelou possuir as competências adequadas ao perfil de competências exigido. A entrevista baseada em eventos comportamentais conduzida pelos elementos do júri permite inferir que este candidato revela muito bom sentido crítico. No plano motivacional o candidato apresenta elevada motivação para o desempenho das funções. Ao nível comunicacional, demonstrou ser portador de muito bons recursos verbais. Ao nível profissional, confirma possuir um leque de conhecimentos e de experiências muito relevantes para o exercício da função em causa, tal como se evidencia na nota curricular anexa, e que faz parte integrante do presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

Lisboa, 22 de Setembro de 2010. — A Secretária-Geral, *Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva*.

Nota curricular

1 — Identificação:

Nome — Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio
Data de Nascimento — 16 de Janeiro de 1959
Naturalidade: Anjos, Lisboa
Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações Académicas:

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 1982.

Pós-Graduação em Legística e Ciências da Legislação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 2006.

3 — Actividade profissional da Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado:

De Outubro de 1982 a Agosto de 1989 professor do ensino secundário;

De Dezembro de 1990 a Março de 1991, Chefe de Divisão do Pessoal Docente da Direcção-Geral da Administração Escolar;

De Março de 1991 a Dezembro de 1993, Consultor Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território;

De Dezembro de 1993 a Janeiro de 2003, Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico do Instituto Português da Juventude;

De Fevereiro de 1997 e Novembro de 1997, Adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional;

De Setembro de 2000 a Julho de 2001, Adjunto da Secretária de Estado da Administração Educativa;

De Janeiro de 2003 a Maio de 2005, Director de Recursos Humanos, Assuntos Jurídicos e Contencioso do Hospital Garcia de Orta, S. A.;

De Maio de 2005 a Fevereiro de 2008, Adjunto do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional;

De Fevereiro de 2008 até à presente data, Director de Serviços Jurídicos e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

203724829

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 19165/2010

Por despacho de 04 de Agosto de 2010, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Relvas — Santa Catarina (Escola), requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.da, com sede na Av. 1.º de Maio, 22-A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha.

Lisboa e Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo, em 08 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.

303702318

Aviso n.º 19166/2010

Por despacho de 04 de Agosto de 2010, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Mestras — Santa Catarina (Escola), requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.da, com sede na Av. 1.º de Maio, 22-A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha.

Lisboa e Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo, em 08 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.

303698626

Aviso n.º 19167/2010

Por despacho de 04 de Agosto de 2010, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Santa Catarina (Escola) — Vigia, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.da, com sede na Av. 1.º de Maio, 22-A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha.

Lisboa e Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo, em 08 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.

303702431

Programa Operacional de Valorização do Território

Despacho n.º 14891/2010

Por despacho de 30 de Abril de 2008, da Gestora que preside à Comissão Directiva do Programa Operacional Valorização do Território, ao abrigo do artigo 45.º, n.º 3, alínea *g*), do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, atribuiu a cada um dos Vogais Executivos da Comissão Directiva pelouros respeitantes às diferentes áreas da estrutura orgânica do Secretariado Técnico do Programa aprovada em 31 de Março de 2008, pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, delegando as competências necessárias para dirigir os serviços respectivos e para praticar os actos de gestão corrente das respectivas unidades orgânicas.

Considerando a necessidade de actualizar o referido Despacho, é alterada a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Directiva deste Programa, nos seguintes termos:

a) Gestor:

i) Coordenação geral do Programa;
ii) Coordenação directa das seguintes áreas de intervenção:

Auditoria Interna;
Assessoria Jurídica;
Avaliação, Monitorização e Comunicação;
Assessoria à Direcção incluindo as áreas de Apoio Informático e Assistência Técnica;

b) Vogal executivo — Dr.ª Ana Maria Barata da Silva:

i) Coordenação directa das seguintes áreas de intervenção operacionais:

Área Operacional 2 — "Infra-estruturas Nacionais de Ambiente" e "Intervenções Estruturantes na Região Autónoma da Madeira" — Eixos II e V;

Área Operacional 4 — "Prevenção e Gestão de Riscos, Infra-estruturas Nacionais de Valorização de Resíduos Sólidos" e "Intervenções Estruturantes na Região Autónoma dos Açores" — Eixos III, IV e VIII.

c) Vogal executivo — Eng. Germano Martins:

i) Coordenação directa das seguintes áreas de intervenção operacionais:

Área Operacional 1 "Infra-estruturas Nacionais de Transportes" e "Assistência Técnica" — Eixos I, VII e X;

Área Operacional 3 "Infra-estruturas do Alqueva e de Valorização do Sistema Urbano Nacional" — Eixos VI e IX.